

## OS SEGUROS EM PORTUGAL

---

Intervenção do Presidente da ASF, Professor Doutor José Figueiredo Almaco, na conferência “Os seguros em Portugal”, organizada pelo Jornal de Negócios

**Lisboa, 2 de maio de 2016**

Sheraton Lisboa Hotel

Meus senhores e minhas senhoras,

Começo por agradecer o amável convite que me foi endereçado pelo Jornal de Negócios, na pessoa do seu diretor, Dr. Raul Vaz, e felicitar todos os profissionais que trabalham neste prestigiado órgão de comunicação social pelo seu contributo diário em prol do esclarecimento dos leitores em matérias de natureza económica e financeira.

Deixo também um cumprimento a todos os presentes nesta conferência e aos oradores convidados que irão com certeza partilhar connosco conhecimentos e perspetivas interessantes sobre temas que a todos interessam.

A atividade seguradora desempenha um papel relevante tanto na economia como em relação à estabilidade financeira, dada a natureza da sua atividade como investidor institucional e a sua importância numa perspetiva macroprudencial.

Ainda que o setor tenha sido afetado pela crise financeira com menor intensidade que outros, o atual contexto económico e, em particular, a situação prolongada de baixas taxas

de juro, apresentam um desafio para o negócio e para a gestão das carteiras de investimentos.

Numa perspetiva de longo prazo, outro grande desafio que as seguradoras têm pela frente é o novo quadro regulatório de solvência. Falamos da entrada em funcionamento, no passado dia 1 de janeiro, a nível europeu, da diretiva de solvência II, que implica uma adaptação das suas estratégias de negócio e de investimento.

As seguradoras desempenham um papel extremamente importante no sistema financeiro tanto como fornecedores de serviços básicos na gestão de riscos como enquanto investidores institucionais.

O negócio segurador possui diferentes características relativamente a outros intermediários financeiros. A sua principal função consiste em assumir riscos, cujo impacto para a companhia de seguros se minimiza através da sua diversificação.

Nesta atividade a principal fonte de rentabilidade deverá residir na margem que se alcança dos prémios de seguro recebidos pela cobertura concreta de cada evento segurado e não tanto pela gestão dos investimentos realizados com os prémios.

Outra característica marcante é a clara diferença em relação a outras entidades como as bancárias, existindo uma menor correlação entre a rentabilidade do setor e a dos mercados financeiros.

O setor segurador e de fundos de pensões encontra-se atualmente numa fase de grande mudança.

Apesar do contexto económico e financeiro turbulento a que temos assistido nos últimos anos, e que se perspetiva que persistirá nos próximos tempos, o setor tem sabido adaptar-se e dar resposta adequada aos desafios com que se tem deparado.

De uma forma ativa e interventiva, equilibrada e dialogante, discreta mas transparente, a ASF tem vindo a adotar medidas para fazer face aos problemas que têm sido detetados,

contribuindo para a manutenção da confiança do público no setor e para a sua atratividade junto de novos investidores.

Deve ainda salientar-se o papel fulcral que o setor tem desempenhado durante as sucessivas crises bancárias, atuando como mitigador dos choques adversos sentidos ao nível dos grupos financeiros, ao providenciar liquidez, financiamento e rendibilidade às instituições de crédito, muitas vezes com prejuízo do modelo de negócio e das estratégias próprias dos operadores.

No que concerne ao setor segurador, entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016 o regime Solvência II, o qual concretiza uma mudança profunda no quadro legal e regulatório aplicável no espaço económico europeu. Conclui-se assim um projeto europeu estruturante cuja génese remonta ao início do século XXI, tendo a ASF, desde cedo, desempenhado um papel muito ativo no seu desenvolvimento.

Este novo regime vem reforçar a importância da gestão e da supervisão baseada nos riscos, quer na esfera quantitativa, por via da criação do balanço económico e de requisitos de capital sensíveis aos riscos, quer na esfera qualitativa, onde se destacam o estabelecimento de um sistema de governação robusto e bem estruturado e a realização, pelos operadores, de exercícios de autoavaliação dos riscos e da solvência.

Encontramo-nos agora numa fase de grande exigência na implementação deste novo regime que requer investimentos céleres, mas seguros, em várias áreas, no sentido de dotar as empresas de seguros e a autoridade de supervisão dos recursos humanos e técnicos necessários, incluindo de capacidades tecnológicas para recolher, processar e reportar elevados volumes de informação.

Do ponto de vista do negócio, o Solvência II, ao assentar num conjunto de métricas materialmente diferentes do regime anterior, necessariamente exige, também de um ponto de vista estratégico, que as empresas de seguros procedam à reflexão sobre o seu modelo e

objetivos de negócio, alinhando os seus produtos com os custos de capital associados. Esta reflexão, que é especialmente premente para os produtos do ramo Vida, não pode ser dissociada da conjuntura prolongada de baixas taxas de juro a que assistimos.

Neste âmbito, é fundamental que, sem descurar os riscos associados, o setor saiba manter o papel que lhe é reconhecido de gestor prudente das poupanças dos portugueses, designadamente por via da comercialização de produtos com garantias de capital e/ou de rendibilidade, complementados com esquemas de participação nos resultados justos e transparentes.

Ao nível dos fundos de pensões, merece destaque, no contexto nacional, a revisão recente do respetivo regime jurídico, por via da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, onde foram reforçados os mecanismos de proteção dos participantes e beneficiários.

Por sua vez, a nível europeu, decorrem as negociações da proposta de revisão da Diretiva relativa às instituições de realização de planos de pensões profissionais (IORP), tendo como principais objetivos a simplificação e a promoção dos serviços transfronteiriços de gestão de planos de pensões profissionais, a melhoria do sistema de governação das IORP e o reforço dos requisitos de informação a prestar aos participantes e beneficiários.

Esta proposta não contempla, no entanto, a revisão dos requisitos quantitativos aplicáveis aos fundos de pensões profissionais no sentido de maior convergência das regras a nível europeu.

Não obstante, a EIOPA tem prosseguido trabalhos de estabelecimento de um quadro de avaliação comum dos ativos, dos passivos e dos mecanismos de segurança e de ajustamento dos benefícios disponíveis, defendendo a sua utilização como ferramenta de gestão de riscos (Pilar II), de incremento da comparabilidade entre Estados-Membros e de transparência (Pilar III).

Este quadro comum de avaliação poderá assim servir de base para o reforço da gestão e da supervisão dos fundos de pensões baseada nos riscos. No entanto, importa, neste caso, ter em devida conta as especificidades próprias deste setor, incluindo o seu papel, na maioria dos casos apenas voluntário, no edifício de formação das pensões de reforma da população.

Uma das vertentes que tem vindo a ganhar destaque nos últimos anos diz respeito à supervisão macroprudencial, a qual tem por principal objetivo a identificação antecipada das fragilidades do sistema financeiro e da emergência de riscos sistémicos que possam pôr em causa a sua estabilidade.

Também, neste aspeto, a ASF tem reforçado a sua atuação no contexto da avaliação dos riscos globais do mercado segurador e de fundos de pensões nacional, devidamente enquadrados no restante sistema financeiro nacional e europeu.

De acordo com as últimas análises, o efeito combinado de um ambiente prolongado de baixas taxas de juro e de uma reversão abrupta dos preços dos ativos (designado por *double-hit scenario*) subsiste como o maior risco que o setor segurador e dos fundos de pensões atualmente enfrenta.

Esses efeitos, que já começam a ser visíveis, podem ser exacerbados por novos eventos que afetem a confiança no setor bancário nacional ou pela reemergência das preocupações relativamente à sustentabilidade das finanças públicas.

A breve trecho, o regime nacional aplicável à mediação de seguros vai inevitavelmente alterar-se por força da transposição para o ordenamento jurídico nacional da Diretiva n.º 2016/97, sobre a distribuição de seguros, recentemente publicada em 2 de fevereiro de 2016, transposição que terá que estar concluída até 23 de fevereiro de 2018.

Os considerandos da Diretiva explicitam as razões e os objetivos inerentes a esta iniciativa legislativa, mas se tivesse que eleger a ideia-chave subjacente a este novo regime diria que as alterações introduzidas visam globalmente corresponder à necessidade de evitar

situações de *mis-selling* de produtos de seguros através de um reforço dos requisitos de qualificação profissional e de requisitos de conduta de mercado, designadamente, no domínio da informação, teste da adequação dos produtos e da prevenção de situações de conflito de interesses.

Entre os aspetos que maior impacto terão a nível nacional elejo, desde logo, (i) a extensão do regime à distribuição direta de seguros pelas próprias empresas de seguros; (ii) a consagração de um regime especial de divisão de responsabilidades entre autoridades de supervisão do Estado membro de origem e de acolhimento no âmbito do exercício de atividade de mediação de seguros em regime de liberdade de estabelecimento; (iii) um maior grau de harmonização dos requisitos de qualificação profissional; (iv) o reforço dos deveres de informação a cargo dos distribuidores de seguros, em especial no que respeita à respetiva remuneração; e, (v) o regime especial aplicável aos produtos de investimento com base em seguros.

Refira-se a importância que a Supervisão comportamental tem enquanto pilar que zela pela correta aplicação da legislação e regulamentação em vigor e pela adoção de boas práticas por parte dos diversos operadores, no que se refere ao relacionamento com tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados, de modo a contribuir para a minimização dos riscos no sector dos seguros e dos fundos de pensões, reforçando a confiança neste mercado.

Esta confiança também é reforçada com a aplicação, por cada operador, de uma eficaz política antifraude que permitirá, seguramente, que sejam despistadas irregularidades que ultrapassam o âmbito de cobertura do seguro e que, como tal, não deverão ser comparticipadas.

O combate à fraude deverá assim assentar em sistemas que sejam extremamente eficientes e eficazes não só em detetar e investigar eventuais situações irregulares, mas principalmente em prevenir potenciais situações fraudulentas. Esta terá que ser,

seguramente, também uma aposta dos diversos operadores do mercado de seguros e dos fundos de pensões.

Por fim, o contexto social, tecnológico e económico, a nível internacional, tem levado ao reconhecimento e discussão de um conjunto de novos riscos emergentes em que o setor segurador pode e deve desempenhar um papel preponderante. São exemplos a cobertura dos riscos de terrorismo, das alterações climáticas e dos riscos cibernéticos. São matérias que os operadores devem procurar acompanhar, tendo em vista a reforçar o leque de oferta disponível aos agentes económicos.

No espaço nacional, importa ainda destacar os riscos associados à ocorrência de um fenómeno sísmico de grandes proporções. Apesar de se tratar de um evento de muito baixa frequência, é sabido que a exposição relativa de Portugal a este risco é elevada, e que as consequências podem ser devastadoras do ponto de vista social e económico.

Nessa perspetiva, não é demais salientar a importância de serem criados, por via legislativa, mecanismos que reforcem substancialmente a penetração de seguros com cobertura de fenómenos sísmicos no parque habitacional nacional, bem como de sistemas de acumulação de recursos financeiros para utilização após um cenário de materialização desses riscos.

Muito obrigado a todos.